



AMNISTIA INTERNACIONAL PORTUGAL

PLANO OPERACIONAL 2015

O Plano Operacional para 2015 (PO 2015) da Amnistia Internacional Portugal (AI Portugal) dá continuidade às linhas constantes das Prioridades Estratégicas 2013-2015 da secção portuguesa e mantém as campanhas globais da Amnistia Internacional (AI) para o biénio 2014-2015 sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos (“O Meu Corpo, os Meus Direitos”, MCMD) e sobre Tortura (“STOP Tortura!”), privilegiando como interlocutor-chave o Estado português, atualmente membro do Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU, até 2017.

Amplia um dos eixos das Prioridades Estratégicas da AI Portugal - Participação e Cultura de Direitos Humanos – designadamente através do projeto internacional de Educação para os Direitos Humanos “*STOP Bullying! Uma abordagem baseada nos direitos humanos para combater a discriminação nas escolas*”, bem como o Crescimento e Desenvolvimento, através da operacionalização de um plano de crescimento financeiro e sua articulação com uma abordagem mais ambiciosa de promoção do ativismo, quer individual, quer através das Estruturas locais da AI Portugal.

1. PARTICIPAÇÃO E CULTURA DE DIREITOS HUMANOS: Campanhas, Lóbi e Ativismo

Além do trabalho previsto ao longo do ano em casos internacionais relativos às duas campanhas globais da AI atrás mencionadas, pretendemos continuar a intensificar o enfoque nacional do trabalho da secção portuguesa, desde logo convidando um especialista internacional da campanha a estar presente no Encontro de Estruturas 2015, no âmbito da campanha “STOP Tortura!”. Iguamente tendo esta campanha como pano de fundo, pretendemos organizar em Lisboa, no âmbito do desafio lançado à sociedade civil “Lisboa, Cidade Europeia do Voluntariado” pela autarquia, uma corrida pelos direitos humanos. Mais concretamente, e à semelhança do que farão outras secções da Amnistia, visa-se organizar uma corrida “contra a tortura”, juntando ativistas, voluntários, público em geral mas também representantes das forças policiais e de segurança portuguesas. Também no contexto do trabalho com as forças de segurança, pretende a AI Portugal vir a responder positivamente ao repto lançado pela AI Holanda para integrar o programa “Polícia e direitos humanos”, sobre atuações discriminatórias da polícia em relação a certos grupos como minorias étnicas ou pessoas LGBTI, analisando designadamente casos de má conduta policial ou a falha em prevenir ou investigar crimes de ódio. Múltiplos aspetos da atuação policial em Portugal constaram, de resto, das propostas de recomendação apresentadas pela AI ao Estado português, no decurso da Revisão Periódica

Universal de Portugal, que decorreu em 2014, na ONU, e têm merecido igualmente menção nos relatórios anuais da AI sobre Portugal. O objetivo último do programa em desenvolvimento pela AI Holanda é gerar linhas de orientação e de conduta, quer para a AI quer para outras organizações, nacionais e internacionais, por forma a poderem lidar com mais eficácia com este tipo de problemas.

As questões ligadas aos temas da discriminação racial terão também enfoque na “Festa da Diversidade”, em Lisboa, uma iniciativa da organização SOS Racismo – com o apoio da EGEAC – a que aderimos. Já as temáticas concretamente ligadas aos temas LGBTI - também incluídas na campanha MCMD – serão desenvolvidas através da adesão a iniciativas com outros parceiros, como o “Arraial *Pride*” e a Marcha LGBTI, igualmente em Lisboa. Recorde-se, a este propósito, que a “eliminação de todas as formas de discriminação” merecerá, segundo o Estado português, a sua especial atenção, no decurso do seu mandato de 3 anos no CDH da ONU.

Depois de em 2014 termos introduzido a questão do impacto da crise económica e das medidas de austeridade sobre os direitos humanos, designadamente no decurso da Revisão Periódica Universal de Portugal na ONU, e de ter sido esse o tema de abertura do Relatório Anual da AI sobre Portugal em 2015, iremos manter a discussão sobre o tema na segunda edição do Curso de Verão de Direitos Humanos, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e capitalizar os primeiros conteúdos gerados pelo Secretariado Internacional (SI) na “agenda de direitos humanos” a apresentar ao próximo governo português, numa ação de *lóbi* e *advocacy* que é prática no movimento internacional nos últimos anos. Até lá, estará concluída a discussão estratégica que decorre agora no movimento sobre a relação entre “justiça económica e social e direitos humanos”, tal como consta da consulta sobre os Objetivos Estratégicos em curso. Contamos ter então mais conteúdo e melhores linhas de orientação para abordar o tema com maior profundidade, tal como insistentemente propusemos juntamente com outras secções da AI junto do SI, desde 2012. Recorde-se também que as matérias atinentes aos direitos económicos, sociais e culturais, e a proteção dos grupos mais vulneráveis – como as crianças – integram igualmente os principais compromissos assumidos por Portugal para o próximo triénio, aquando da sua candidatura a membro do CDH das Nações Unidas.

Para o trabalho de *lóbi* e *advocacy* sobre países prioritários para a secção – designadamente os de língua oficial portuguesa como Angola, Moçambique e a Guiné Equatorial – contamos poder intensificar um pouco mais o trabalho sobre indivíduos em risco, com expectativas positivas em relação ao futuro contributo que um novo *campaigner* para Angola e Moçambique - localizado num dos escritórios regionais de África – poderá aditar ao trabalho da AI sobre estes países. O caso do julgamento, agendado para 2015, do jornalista e escritor angolano Rafael Marques é desde já um exemplo.

Recorde-se que outro dos compromissos que Portugal anunciou defender como grande prioridade enquanto membro do CDH em relação aos direitos humanos no mundo foi o de promover a luta pela “abolição universal da pena de morte”, o que nos leva a evocar inevitavelmente a situação de direitos humanos na Guiné

Equatorial: volvido mais de um ano sobre as nove execuções confirmadas pela AI no país (janeiro de 2014), mantém-se a moratória temporária relativa à aplicação da pena de morte decretada em fevereiro de 2014, sem que nenhum outro progresso concreto ou substantivo tenha sido feito nesta matéria. Confirmamos, assim, a nossa suspeita inicial: a de que a declaração da moratória temporária tinha aparentemente em vista a adesão da Guiné Equatorial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o que veio de facto a acontecer, em julho do ano passado.

No que toca à campanha internacional “O Meu Corpo, os Meus Direitos”, além do trabalho de Educação para os Direitos Humanos, nomeadamente, nas 6 Escolas Amigas dos Direitos Humanos, pretendemos explorar, essencialmente através de ações de lóbi e *advocacy*, os compromissos assumidos por Portugal respeitantes à agenda pós-2015 dos novos Objetivos da ONU para o Desenvolvimento Sustentável, difundir junto dos nossos parceiros o manifesto internacional “O Meu Corpo, os Meus Direitos”, e centrar o trabalho em casos concretos, como o da comunidade das mulheres de Mkhondo, na África do Sul; trata-se de um caso lançado aquando da Maratona de Cartas de 2014 e desenvolvido já em 2015 a nível institucional, com um primeiro encontro na Embaixada do país em Portugal.

Outra vertente que a AI Portugal pretende continuar a destacar é o trabalho relativo a “Indivíduos em Risco”, uma das prioridades internacionais do movimento (*Global Priority Statement*). A secção procurará, através do enfoque em casos individuais, aumentar o impacto de campanhas específicas e a relevância local – desde logo, como se diz acima, procurando criar condições para escolher casos de países prioritários para a secção – designadamente os de língua oficial portuguesa como Angola, Moçambique e a Guiné Equatorial – de quem recebemos em 2014 Ponciano Nvó, advogado, defensor de direitos humanos e ele próprio à data considerado um indivíduo em risco pela AI - ou de casos sobre os quais haja grupos temáticos na secção. Procurar-se-á, desta forma, não só ampliar a mensagem das campanhas e dos temas em foco, mas também continuar a envolver os nossos ativistas, grupos locais, Escolas Amigas dos Direitos Humanos e outras, e também público em geral. As expectativas são positivas, como demonstram os números mais uma vez surpreendentes alcançados na Maratona de Cartas 2014, campanha-síntese, por excelência, do trabalho da AI sobre “indivíduos em risco”. Em 2012, a AI Portugal contribuiu com cerca de 42 mil assinaturas, que mais do que duplicaram em 2013 – foram 96 mil, fazendo de Portugal o 6º país com mais adesão entre os que participaram; em 2014, o número de apelos que a AI Portugal conseguiu recolher ultrapassou os 146 mil, graças, mais uma vez, à decisiva mobilização das escolas portuguesas, e, claro, dos grupos de estudantes da AI Portugal, bem como dos nossos grupos locais.

Justamente para acompanhar o número crescente da criação de novas estruturas da AI Portugal – que pretendemos continuar a estimular - continuaremos a promover as Sessões para Membros, iniciadas em 2013, com o apoio dos grupos locais e em várias cidades, seguindo essencialmente o trajeto das equipas do

Face to Face pelo país, ao longo do ano. O objetivo é dar as boas-vindas aos membros e apoiantes recém-chegados, mas também reforçar o acompanhamento aos grupos e núcleos, envolvendo-os o mais possível nas prioridades da secção e em eventos concretos, como datas-chave ligadas a campanhas e a celebração de dias com especial significado como o 30 de novembro (“Cidades pela Vida, Cidades contra a Pena de Morte”) ou o 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, e proporcionando mais informação sobre questões organizacionais e de ação. Assim, afigura-se prioritário – como vinha sendo, de resto, proposto pelos próprios grupos locais – o desenvolvimento de materiais de apoio ao funcionamento das Estruturas, de formação/ informação e a promoção da comunicação entre estas e para estas.

2. Escolas Amigas dos Direitos Humanos e “*Stop Bullying! Uma abordagem baseada nos direitos humanos para combater a discriminação nas escolas*”

A AI Portugal continuará a acompanhar e a apoiar a execução do projeto Escolas Amigas dos Direitos Humanos (EADH) nos mesmos estabelecimentos de ensino de 2014, a que se junta agora um sexto, o último da lista:

1. Agrupamento de Escolas do Levante da Maia (Maia, Porto);
2. Escola Secundária Dr. Serafim Leite (S. João da Madeira, Aveiro);
3. Escola EB 2,3/S Pedro Ferreiro (Ferreira do Zêzere, Santarém);
4. Escola Secundária Gama de Barros (Cacém, Lisboa);
5. Escola Secundária Professor Reynaldo dos Santos (Vila Franca Xira, Lisboa);
6. Escola Secundária Rainha Santa Isabel (Estremoz).

A sexta escola aderiu à iniciativa no âmbito do projeto “*Stop Bullying! Uma abordagem baseada nos direitos humanos para combater a discriminação nas escolas*”, decorrente de uma parceria da AI Portugal com as secções da AI Itália, Polónia e Irlanda - com o apoio do SI. As secções venceram uma candidatura europeia para o financiamento deste projeto destinado às Escolas Amigas dos Direitos Humanos nestes países europeus (*Daphne III*, 2014-2016). Tal permite alargar a atuação da AI Portugal nestas 6 escolas, dando-lhe dimensão internacional – que implicará ações comuns às escolas do vários países envolvidos - com um enfoque adicional na temática do *bullying*, tema que em 2014 fora identificado pelas 5 escolas acima referidas como prioritário.

Outras abordagens serão, porém aprofundadas, em 2015: governança/ administração escolar; relações entre a comunidade escolar; currículo e atividades extracurriculares (AEC) e ambiente escolar. A nível da governança, pretende-se trabalhar com as escolas no sentido de introduzir melhorias nos documentos relativos ao funcionamento e organização das escolas, como o Regulamento Interno da Escola e/ou o Projeto Educativo, para que estes reflitam princípios gerais de direitos humanos. A nível do Currículo e AEC, tencionamos contribuir para a introdução de temáticas de direitos humanos, desenvolvidas em contexto de aula. Também as

campanhas mundiais da AI e a Maratona de Cartas constam do plano anual das escolas.

Identificado no primeiro ano do projeto como um obstáculo à troca de informação e partilha de experiências entre os participantes do projeto, em 2015 pretendemos melhorar os canais de comunicação, tendo já criado um espaço próprio dedicado às escolas no *site* da AI Portugal, que funciona como uma plataforma de recursos e conteúdos de EDH disponíveis para qualquer utilizador. Ao longo de 2015, pretendemos também dar resposta à necessidade manifestada pelas escolas de criar um espaço virtual próprio para troca de conteúdos entre as mesmas. Para já, têm decorrido reuniões periódicas via *Skype* entre os professores coordenadores do projeto, com vista à troca de experiências de cada contexto escolar e à preparação do encontro nacional das EADH/*Stop Bullying*, que envolverá professores e alunos, e que terá como “desfecho máximo” o encontro internacional do projeto *Stop Bullying*, em Itália.

Por outro lado, e considerando o potencial dos nossos ativistas e das Estruturas da AI, lançámos o repto às que se encontram geograficamente mais próximas das 6 escolas, com vista a um maior envolvimento das mesmas na relação e trabalho da AI com as EADH, bem como a grupos temáticos da AI Portugal, como o Co-Grupo sobre os Direitos das Crianças, que assumiu a tarefa de analisar os regulamentos de algumas das escolas, à luz dos referenciais de direitos humanos contidos na legislação internacional relativa à proteção da criança. Acolheram também positivamente o nosso repto o Grupo Local 6/ Porto; o Grupo de Estudantes do Colégio de S. Miguel, de Fátima; o Grupo de Estudantes da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade, de Coimbra; o Grupo Local 19/ Sintra; o Grupo Local 1/ Lisboa, a REAJ - Rede de Ação Jovem e o Núcleo da AI Portugal de Estremoz.

3. Desenvolvimento e Crescimento

No eixo “Desenvolvimento e Crescimento” (constante das Prioridades Estratégicas da Amnistia Internacional Portugal 2013 – 2015), entendemos que se veio a revelar como necessária a operacionalização de um plano de crescimento financeiro e sua articulação com uma abordagem mais ambiciosa de promoção do ativismo, quer individual, quer através das Estruturas locais da AI Portugal.

Continuaremos a desenvolver mecanismos para a retenção dos atuais membros, apoiantes e ativistas – uma aposta reforçada em 2013 e que pelo segundo ano consecutivo relevou uma diminuição do número de desistências da AI Portugal.

Porém, 10 anos depois de a secção portuguesa ter introduzido o *Face to Face* como seu principal método de angariação de fundos (abril de 2004), teremos de diversificar fontes de obtenção de fundos, aliadas a mecanismos de atração de novos membros e apoiantes.

A Amnistia Internacional Portugal contava no final de 2014 com cerca de 11 mil membros e apoiantes, que fazem uma contribuição voluntária regular, através da qual é possível a realização de várias ações e atividades que visam a promoção e defesa dos direitos humanos.

Esta base de suporte é fundamental para a penetração dos ideais da AI na sociedade portuguesa e para a consolidação do movimento como um ator incontornável junto dos três poderes constitucionais.

A dimensão e penetração da AI Portugal é uma função direta do número de membros e apoiantes que mensalmente doam voluntariamente uma parte do seu rendimento. Ao sermos mais, somos mais fortes, mais ouvidos e mais interventivos.

Analisando genericamente a evolução do número de membros e apoiantes da AI Portugal, três fases podem ser identificadas:

- Período de crescimento – entre 2005 e 2008, no qual o número de membros e apoiantes passou de 1.551 para 11.378, o que representa um crescimento superior a 7 vezes;
- Período de consolidação – entre 2009 e 2011, no qual o número de membros e apoiantes, em traços gerais, estabilizou em cerca de 12.000, embora se verificassem já então alguns sinais de potencial decadência;
- Período de queda – a partir de 2012, torna-se inequívoco que a tendência de queda do número de membros e apoiantes já não é apenas uma possibilidade, mas uma realidade, na medida em que no final de 2014 se assistiu ao quarto ano consecutivo de redução.

Em 2005, a AI Portugal tomou a decisão de elaborar um plano de crescimento, assente em métodos de angariação de fundos inovadores para a época – como o *Face to Face* – recorrendo a um empréstimo do Secretariado Internacional. O sucesso deste projeto foi inequívoco e, em termos estritamente financeiros, um claro indicador desse sucesso foi o reembolso antecipado do referido empréstimo.

Em 2014, a AI Portugal contribuiu com mais de 100 mil euros de quotização anual para o movimento internacional e realizou um empréstimo de 150 mil euros ao Secretariado Internacional. Atualmente, tem disponibilidades em Caixa e Depósitos que ascendem a 415 mil euros.

É estrategicamente urgente definir e implementar um plano de crescimento. Um plano ambicioso e realista, que defina e implemente novas técnicas de angariação de fundos, que alargue as fontes de financiamento, que corte a dependência excessiva do *Face to Face*.

Trata-se de um plano estratégico, visando não apenas o crescimento e a sustentabilidade financeira, mas sobretudo o crescimento do número de

membros, dos ativistas organizados, das estruturas, do alargamento da intervenção e da influência da nossa secção. Um plano que permita à AI Portugal reforçar o seu peso na sociedade portuguesa, por via de uma base alargada de apoiantes regulares e de um crescimento das campanhas e ações.

Este plano prevê, acima de tudo, reforçar o nosso impacte em matéria de direitos humanos e virá a ser convenientemente articulado com o Plano Estratégico Internacional (2016 – 2019), em preparação.

No que toca à gestão financeira, a responsabilização e a transparência continuarão a ser pontos fundamentais na AI Portugal. Pretendemos manter a análise regular e atempada da execução orçamental e da situação financeira da secção, por forma a permitir tomar decisões estratégicas com base nas necessidades vs. possibilidades da secção. A secção portuguesa – considerado um exemplo de boas práticas financeiras no âmbito da avaliação feita em 2014 com apoio do Escritório Europeu da AI no contexto dos *Core Standards* – completou já também a transição para o Plano de Contas e Centros de Custo do Movimento Internacional (COCOA), em linha com as orientações do movimento internacional.

Lisboa, abril de 2015